



CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RN SA
Av. Cap. Mor Gouveia, - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59060-400
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://ceasa.rn.gov.br

CONTRATO 33/2026

Processo nº 03110004.001806/2026-37

Unidade Gestora: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A – CEASA/RN

Processo Administrativo nº: [\(03110004.001806/2026-37\)](#)

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - CEASA/RN** E DE OUTRO A EMPRESA **COMERCIAL J. A. LTDA - EPP**, CONFORME SE SEGUE ABAIXO:

CONTRATANTE: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A – CEASA/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.060.899/0001-40, com sede nesta Capital, na Av. Cap. Mor Gouveia, 3005, Lagoa Nova, CEP 59063-400, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MATHEUS SILVA DE FREITAS GALVÃO**, brasileiro, casado, portador de CPF nº ***.808.314-**, e seu Diretor Financeiro, **JOSÉ ROBERTO MONTEIRO SOUSA**, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº ***.971.744-**.

CONTRATADO: COMERCIAL J. A. LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.653.918/0001-00, estabelecida à Avenida Alexandrino de Alencar, nº 504, Alecrim, CEP nº 59.030-350, Natal/RN, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo senhor **JOAQUIM FERNANDES NETO**, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de identidade nº 36*. **2 SSP/RN, e inscrito no CPF sob o nº ***.395.144-**.

As partes acima qualificadas, resolvem firmar o presente termo de contrato, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/RN, Lei 13.303 de 30 de Junho de 2016, Lei 14.133/21, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e legislação correlata, conforme cláusulas a seguir:

1. OBJETO

Aquisição de materiais de expediente para atender às necessidades operacionais e administrativas das diversas unidades da CEASA/RN, visando garantir a continuidade das atividades rotineiras, a eficiência dos serviços prestados e o suprimento regular de itens de consumo de escritório, sob o regime de fornecimento parcelado, mediante emissão de Ordem de Compra, conforme necessidade da Administração, de acordo com o descrito a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - MATERIAL DO CORPO: PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. BASE EM FELTRO MACIO. MEDIDAS APROXIMADAS: 17 CM X 5 CM X 10 CM (C X L X A). CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTOJO COM COMPARTIMENTO PARA 2 PINCÉIS	UNIDADE	70	R\$ 4,46	R\$ 312,20
2	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVO (POST-IT) 38 MM X 50 MM – EMBALAGEM: PACOTE COM 4 BLOCOS DE NOTAS AUTOADESIVAS COM APROXIMADAMENTE 100 FOLHAS, CADA (TOTAL DE 400 FOLHAS). COR: COLORIDO. FORMATO: RETANGULAR.	UNIDADE	80	R\$ 6,00	R\$ 480,00
3	BLOCO DE NOTAS AUTOADESIVO (POST-IT) 76 MM X 76 MM - EMBALAGEM: PACOTE COM 4 BLOCOS DE NOTAS AUTOADESIVAS COM APROXIMADAMENTE 100 FOLHAS, CADA (TOTAL DE 400 FOLHAS). COR: COLORIDO. FORMATO: RETANGULAR.	UNIDADE	60	R\$ 10,00	R\$ 600,00
4	CAIXA ARQUIVO (ARQUIVO MORTO) - EMBALAGEM: PACOTE COM 10 UNIDADES. EM PLÁSTICO CORRUGADO, DESMONTÁVEL, COM IMPRESSÃO PARA IDENTIFICAÇÃO EM 3 LADOS, FUROS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO, COR: VARIADAS (AZUL, VERDE, VERMELHO). DIMENSÕES APROXIMADAS: 140 MM X 250 MM X 360 MM.	CAIXA	90	R\$ 55,97	R\$ 5.037,30
5	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA MÓVEL DUPLA ARTICULÁVEL. COR: FUMÊ/TRANSPARENTE. MATERIAL: POLIESTIRENO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 7 CM x 25,5 CM X 37 CM.	UNIDADE	7	R\$ 26,90	R\$ 188,30
7	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 30 L - DESIGN: FUNDO LISO, PEGADORES LATERAIS. ITENS INCLUSOS: TAMPA COM TRAVAS LATERAIS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHÁVEL.	UNIDADE	14	R\$ 48,04	R\$ 672,56
8	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL PONTA FINA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E	CAIXA	25	R\$ 24,05	R\$ 601,25

	COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.				
9	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL PONTA MÉDIA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.	CAIXA	25	R\$ 24,42	R\$ 610,50
10	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA PONTA FINA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.	CAIXA	20	R\$ 24,11	R\$ 482,20
11	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA PONTA MÉDIA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.	CAIXA	12	R\$ 24,34	R\$ 292,08
12	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA PONTA FINA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.	CAIXA	8	R\$ 24,93	R\$ 199,44
13	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA PONTA MÉDIA - CAIXA COM 50 UNIDADES. TIPO: CANETA ESFEROGRÁFICA. PONTA FINA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO E COMPONENTES METÁLICOS. TINTA NA COR AZUL À BASE, CORPO DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE E FORMATO HEXAGONAL.	CAIXA	10	R\$ 24,66	R\$ 246,60
14	CANETA MARCA TEXTO - CAIXA COM 12 UNIDADES. EM RESINA TERMOPLÁSTICA COM PONTA CHANFRADA E TINTA SEM CHEIRO À BASE DE ÁGUA. COR: ROSA OU VERDE.	CAIXA	25	R\$ 11,12	R\$ 278,00
15	CLIPS NIQUELADOS 2/0 - CAIXA COM 100 UNIDADES. MODELO: 3/0 PADRÃO. RESISTENTE A OXIDAÇÃO, FLEXÍVEL E RESISTENTE, SEM REBARBAS E DE ALTA DURABILIDADE.	CAIXA	45	R\$ 2,99	R\$ 134,55
16	CLIPS NIQUELADOS 3/0 - CAIXA COM 50 UNIDADES. MODELO: 3/0 PADRÃO. RESISTENTE A OXIDAÇÃO, FLEXÍVEL E RESISTENTE, SEM REBARBAS E DE ALTA DURABILIDADE.	CAIXA	40	R\$ 3,08	R\$ 123,20
17	CLIPS NIQUELADOS 6/0 - CAIXA COM 50 UNIDADES. MODELO: 3/0 PADRÃO. RESISTENTE A OXIDAÇÃO, FLEXÍVEL E RESISTENTE, SEM REBARBAS E DE ALTA DURABILIDADE.	CAIXA	25	R\$ 5,00	R\$ 125,00
18	COLA BASTÃO 21 G – EMBALAGEM: CAIXA COM 12 UNIDADES. COR: BRANCA. COLA EM BASTÃO. APLICAÇÃO: PAPEL, CARTOLINA E SIMILARES. COMPOSIÇÃO: PVA (ACETATO DE POLIVINILA), GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES. PESO: 21 G; USO: ESCOLAR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO LAVÁVEL E NÃO TÓXICO.	CAIXA	15	R\$ 16,80	R\$ 252,00
19	ENVELOPE CONVITE 162 MM X 229 MM – EMBALAGEM COM 100 ENVELOPES. FORMATO: CONVITE. FORMATO DA ABA: RETO. CORES: VERDE ESCURO (BANDEIRA). GRAMATURA: ALTA.	CAIXA	5	R\$ 30,92	R\$ 154,60
20	ENVELOPE SACO 229 MM X 324 MM KRAFT OURO – EMBALAGEM COM 100 ENVELOPES. COR: OURO. GRAMATURA: 80 G/M2.	CAIXA	20	R\$ 40,63	R\$ 812,60
21	ENVELOPE SACO 229 MM X 324 MM KRAFT PARDO – EMBALAGEM: CAIXA COM 100 ENVELOPES. FORMATO: ENVELOPE SACO. PAPEL: KRAFT. COR: PARDO/MARROM. GRAMATURA: 80G/M2. TAMANHO: 229 MM X 324 MM.	CAIXA	10	R\$ 43,50	R\$ 435,00
22	ENVELOPE SACO 240 MM X 340 MM KRAFT OURO – EMBALAGEM: CAIXA COM 100 ENVELOPES. FORMATO: ENVELOPE SACO. PAPEL: KRAFT. COR: OURO. GRAMATURA: 80G/M2. TAMANHO: 240 MM X 340 MM.	CAIXA	10	R\$ 41,73	R\$ 417,30
23	ENVELOPE SACO 240 MM X 340 MM OFFSET BRANCO – EMBALAGEM: CAIXA COM 100 ENVELOPES. FORMATO: ENVELOPE SACO. COR: BRANCO. MATERIAL: PAPEL OFFSET. GRAMATURA: 90G/M2. TAMANHO: 240 MM X 340 MM.	CAIXA	2	R\$ 42,36	R\$ 84,72
24	FITA ADESIVA CREPE 24 MM X 50M COR: BRANCA. FACE ÚNICA. MATERIAL: PAPEL CREPE SATURADO, REVESTIDO COM ADESIVO À BASE DE BORRACHA NATURAL E RESINAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO IMPERMEÁVEL, COM FORTE VISCOSIDADE, ALTA VISCOSIDADE DE RETENÇÃO, RESISTÊNCIA ESTÁVEL A INTEMPÉRIES	UNIDADE	35	R\$ 3,51	R\$ 122,85
25	FITA ADESIVA CREPE 48 MM X 50M COR: BRANCA. FACE ÚNICA. MATERIAL: PAPEL CREPE SATURADO, REVESTIDO COM ADESIVO À BASE DE BORRACHA NATURAL E RESINAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO IMPERMEÁVEL, COM FORTE VISCOSIDADE, ALTA VISCOSIDADE DE RETENÇÃO, RESISTÊNCIA ESTÁVEL A INTEMPÉRIES.	UNIDADE	120	R\$ 5,79	R\$ 694,80
26	FITA ADESIVA FINA DUPLA FACE 18 MM X 30 M. PACOTE COM 4 ROLOS. COR: TRANSPARENTE. FILME DE POLIPROPILENO COBERTO COM ADESIVO À BASE DE ÁGUA. DUPLA FACE. TIPO E COR DO LINER: PAPEL BRANCO DE PAPEL SILICONIZADO.	PACOTE	5	R\$ 9,36	R\$ 46,80
27	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 50 M - EMBALAGEM: PACOTE COM 6 ROLOS. TIPO: FITA ADESIVA. COR: TRANSPARENTE. DISPOSIÇÃO DO ADESIVO: FACE ÚNICA. MATERIAL DE FABRICAÇÃO: BOPP - FILME DE POLIPROPILENO BI-	PACOTE	6	R\$ 15,03	R\$ 90,18

	ORIENTADO TRATADO. ADESIVO: ACRÍLICO A BASE DE ÁGUA. TAMANHO: 12 MM X 50M.				
28	FITA ADESIVA TRANSPARENTE PEQUENA 12 MM X 30 M - EMBALAGEM: PACOTE COM 10 ROLOS. TIPO: FITA ADESIVA. COR: TRANSPARENTE. DISPOSIÇÃO DO ADESIVO: FACE ÚNICA. MATERIAL DE FABRICAÇÃO: BOPP - FILME DE POLIPROPILENO BI-ORIENTADO TRATADO. ADESIVO: ACRÍLICO A BASE DE ÁGUA. TAMANHO: 12 MM X 30M.	PACOTE	2	R\$ 13,33	R\$ 26,66
29	FITA DUPLA FACE EXTRA FORTE TRANSPARENTE 5 MM X 20 M - ESPESURA APROXIMADA: 1 MM. TIPO DE FITA ADESIVA: DUPLA FACE. COR: TRANSPARENTE: APLICAÇÃO: PLÁSTICO, METAL, ACRÍLICO, MADEIRA. TAMANHO: 5 MM X 20 M.	UNIDADE	12	R\$ 7,74	R\$ 92,88
30	FITA GOMADA PARA EMPACOTAMENTO 70 MM X 150 M - MARROM 70 MM.	ROLO	30	R\$ 15,50	R\$ 465,00
31	GRAMPEADOR TAMANHO GRANDE ATÉ 25 FOLHAS 75 G/M2. GRAMPO COMPATÍVEL 26/6.	UNIDADE	30	R\$ 16,00	R\$ 480,00
32	GRAMPEADOR TAMANHO PEQUENO Nº DE FOLHAS: ATÉ 20 FOLHAS 75 G/M2. GRAMPO COMPATÍVEL 26/6.	UNIDADE	50	R\$ 10,80	R\$ 540,00
33	GRAMPO 26/6 EM AÇO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR - EMBALAGEM: CAIXA COM 5000 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: AÇO GALVANIZADO. PERFURAÇÃO: ATÉ 20 FOLHAS 75 G/M2. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À OXIDAÇÃO, SEM REBARBAS.	CAIXA	45	R\$ 5,80	R\$ 261,00
34	GRAMPO TRILHO METÁLICO - EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES. LCAPACIDADE PARA PRENDER ATÉ 300 FOLHAS DE PAPEL 75 G/M2	PACOTE	5	R\$ 10,53	R\$ 52,65
38	MOLHA DEDO 12 G - PESO LÍQUIDO: 12 G.	UNIDADE	45	R\$ 2,83	R\$ 127,35
39	PAPEL SULFITE FORMATO A4 – RESMA (500 FOLHAS). GRAMATURA: 75 G/M2. DIMENSÕES DO PAPEL: 210 MM X 297 MM. COR DO PAPEL: BRANCO. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	RESMA	1.500,00	R\$ 29,18	R\$ 43.770,00
40	PASTA ABA ELÁSTICO EM CARTÃO DUPLEX - EMBALAGEM: PACOTE COM 10 UNIDADES. PASTA EM CARTÃO DUPLEX 350 G/M2 PLASTIFICADO COLORIDO, COM ABAS PARA FIXAÇÃO DE DOCUMENTOS, E ELÁSTICO REFORÇADO, NA COR DA PASTA, COM PONTEIRA DE PLÁSTICO PARA FECHAMENTO DA PASTA. COR: VARIADAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 340 MM X 230 MM.	PACOTE	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
48	PASTA SANFONADA A4 12 DIVISÓRIAS TRANSPARENTE. TAMANHO APROXIMADO 330 MM X 240 MM X 40 MM, FEITA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, COM TEXTURA LINE (LINHAS SOBRESSAENTES), DESIGN DOS CANTOS ARREDONDADOS E 12 DIVISÓRIAS. PRODUTO COM ELÁSTICO REFORÇADO COM EXTREMIDADE DE PLÁSTICO PARA FECHAMENTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO ATÓXICO.	UNIDADE	50	R\$ 18,60	R\$ 930,00
50	PILHA ALCALINA AA - EMBALAGEM: BLISTER COM 4 UNIDADES. VOLTAGEM NOMINAL: 1.5 V. FORMATO: CILÍNDRICO. COMPOSIÇÃO: ALCALINO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL	UNIDADE	15	R\$ 6,00	R\$ 90,00
51	PILHA ALCALINA AAA PALITO - EMBALAGEM: BLISTER COM 4 UNIDADES. VOLTAGEM NOMINAL: 1.5 V. CAPACIDADE DA PILHA: 1200 MAH. TAMANHO DA PILHA: AAA. FORMATO: CILÍNDRICO. COMPOSIÇÃO: ALCALINO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL	UNIDADE	30	R\$ 6,00	R\$ 180,00
52	PORTA CANETA/CLIPS/LEMBRETES. COR: FUMÊ/TRANSPARENTE. MATERIAL: POLIESTIRENO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 24 CM x 8 CM X 7 CM.	UNIDADE	30	R\$ 13,00	R\$ 390,00
53	PRENDEDOR DE PAPEL BINDER 25 MM - EMBALAGEM: CAIXA COM 48 UNIDADES. FORMATO: BORBOLETA. COR: PRETO. TAMANHO: 25 MM MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA E METAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRENDEDOR DE PAPEL CONFECCIONADO EM METAL, COM PINTURA ELETROSTÁTICA E ALÇAS EM AÇO.	UNIDADE	2	R\$ 23,90	R\$ 47,80
54	QUADRO BRANCO 120 MM X 90 MM COM MOLDURA DE ALUMÍNIO - DIMENSÕES APROXIMADAS: 900MM X 1200MM. COR DA LOUSA: BRANCO BRILHANTE UV	UNIDADE	8	R\$ 78,88	R\$ 631,04
55	RÉGUA PLÁSTICA 30 CM INCOLOR/CRISTAL. MATERIAL: POLIESTIRENO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 31 CM X 3 CM X 1 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA).	UNIDADE	100	R\$ 0,54	R\$ 54,00
56	TESOURA ESCOLAR 13 CM – MODELO: ESCOLAR. ESTILO: CLÁSSICO. SEM PONTA. CORTE: RETO. TAMANHO APROXIMADO: 13 CM. MATERIAL DA LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL. MATERIAL DO CABO: POLIPROPILENO.	UNIDADE	200	R\$ 2,15	R\$ 430,00

2. DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2.1. O presente contrato é oriundo da Adesão "carona" à Ata de Registro de Preços nº 021/2026 oriunda da Pregão Eletrônico nº 007/2026 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio/RN, conforme instruído no processo administrativo nº [\(03110004.001806/2026-37\)](#).

3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. A contar do recebimento da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, a contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias para o fornecimento dos materiais objeto deste termo de referência no almoxarifado da CEASA/RN, localizado na Administração da CEASA/RN, situada na Avenida Capitão Mor Gouveia, nº 3.005, Lagoa Nova - Natal/RN, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h:00m às 12h:00m;

3.2. Os materiais deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, na qual deve ser conferida pelo representante da CEASA/RN;

3.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data do recebimento;

3.4. Caberá ao setor de almoxarifado receber os materiais e realizar a verificação quanto à qualidade, quantidade e conformidade dos produtos observada à especificação do Edital e da proposta de preços do vencedor, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes na Nota Fiscal e embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho ou ordem de compra;

3.5. A Divisão de Compras poderá solicitar a presença do Fiscal de Contrato para realizar o acompanhamento do recebimento dos materiais, bem como de verificar sua conformidade com a Nota Fiscal e Ordem de Compra;

I - A aceitação dos produtos pela CEASA/RN não exclui a responsabilidade civil da vencedora por vícios de desconformidade com as especificações estabelecidas no Edital, seus Anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados;

II - Havendo qualquer incompatibilidade entre a Ordem de Compra/Nota de Empenho com a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

3.6. A CONTRATADA responderá por danos causados diretamente à terceiros ou à CEASA/RN, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

3.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 03 (três), pela Divisão de Compras da CEASA/RN para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

3.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização do fornecimento dos materiais será realizada por empregado público devidamente designado pelo Diretor Presidente da CEASA/RN por meio de portaria;

4.2. A fiscalização consistem na verificação da conformidade da sua escoreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo fiscal do contrato, os quais serão designados pelo autoridade competente por meio de portaria, cabendo ao responsável legal ou preposto da contratada o acompanhamento dessas atividades; **(art. 105 do RILC-CEASA)**

4.3. A Contratada deverá designar e indicar representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do objeto;

4.4. Compete ao Fiscal designado pela CEASA/RN, dentre outras:

I - provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do objeto ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

II - identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

III - atestar a plena execução do objeto contratado;

IV - tomar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas avençadas neste termo;

V - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.5. Compete ao representante ou preposto da Contratada:

I - zelar pela manutenção, durante todo o período de execução do objeto, das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório;

II - zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes e manuais da CEASA/RN;

III - zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

4.6. **A fiscalização de que trata estas cláusulas não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CEASA/RN ou de seus agentes, gestores e fiscais.**

4.7. O pagamento será devidamente efetuado após o “atesto” pelo fiscal designado, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação ao objeto efetivamente entregue.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses** tendo início a partir de 24/07/2026 a 23/07/2027.

8. DO VALOR DO CONTRATO

8.1. O valor estimado total do contrato será de **R\$63.162,41 (sessenta e três mil cento e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos)**, sendo o valor de **R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)** para o exercício 2026 e o valor de **R\$18.162,41 (dezoito mil cento e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos)** referente ao exercício 2027;

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

8.3. A CONTRATADA poderá pleitear, decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses após a pactuação inicial, o reajuste de preços contratados com base no IPCA;

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. O recursos orçamentários para cobrir a execução da presente despesa correrão à conta da classificação: **17205.20.122.0100.2205.220501. 339039.0.501.**

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a CEASA/RN atestar a execução do objeto do contrato;

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CEASA/RN;

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.4.1. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CEASA/RN;

10.4.1.1. Previamente à emissão de cada pagamento, a CEASA/RN deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

10.4.1.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CEASA/RN deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.4.1.3. Persistindo a irregularidade, a CEASA/RN deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

10.4.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação;

I - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CEASA/RN.

II - Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a seguridade social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CEASA/RN, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.2.1. Descumprimento de obrigações contratuais;

11.2.2. A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CEASA/RN, observado o RILC-CEASA;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CEASA/RN;

- 11.2.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- 11.2.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- 11.2.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 11.2.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- 11.2.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;
- 11.2.8. Razões de interesse da CEASA/RN, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- 11.2.9. O atraso nos pagamentos devidos pela CEASA/RN decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 11.2.10. A não liberação, por parte da CEASA/RN, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 11.2.11. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 11.2.12. **A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;**
- 11.2.13. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 11.2.14. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- 11.2.15. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- 11.3. **As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:**
- I - corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
 - II - fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
 - III - conclusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
 - IV - coercitiva: causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - V - obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.
- 11.4. **Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.**
- 11.5. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CEASA/RN;
 - III - judicial, nos termos da legislação.
- 11.5.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 11.5.2. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior será de 90 (noventa) dias.
- 11.5.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte CEASA/RN, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.
- 11.5.4. A rescisão por ato unilateral da CEASA/RN acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste RILC:
- 11.5.5. I. assunção imediata do objeto contratado, pela CEASA/RN, no estado e local em que se encontrar;
- 11.5.6. II. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CEASA/RN;
- 11.5.7. III. na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CEASA/RN.

12. **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

12.1. Os contratos regidos por este RILC poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar. **(art. 80 do RILC-CEASA)**

- 12.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- 12.1.2. quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
- 12.1.3. **quando conveniente à substituição da garantia de execução;**
- 12.1.4. quando necessária à modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 12.1.5. quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 12.1.6. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- I - O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
 - II - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os CEASA/RN.
 - III - No caso de supressão serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela CEASA/RN pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados;
 - IV - A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;
 - V - Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a CEASA/RN deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;
 - VI - **A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento;**
 - VII - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

13.1. **OBRIGAÇÕES DA CEASA/RN:**

- 13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 13.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 13.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço executado;
- 13.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 13.1.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - 13.1.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
 - 13.1.5.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação;
 - 13.1.5.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 13.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do deste termo de referência;
- 13.1.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 13.1.8. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 13.1.9. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

13.1.10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 13.1.11. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.1.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 13.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.1.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.1.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 13.1.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 13.1.17. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 13.1.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 13.1.19. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.1.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 13.1.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 13.1.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.1.23. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 13.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.1.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 13.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 13.1.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 13.1.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.1.31. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 13.1.32. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 13.1.33. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 13.1.34. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 13.1.35. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.1.36. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 13.1.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 13.1.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 13.1.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 13.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002;
- 13.1.40.1. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 13.1.41. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

- 13.1.42. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 13.1.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
14. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**
- 14.1. Comete infração administrativa nos termos do RILC-CEASA, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.3. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.4. Multa de:
- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 14.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01

9	Cumprir quaisquer dos itens deste termo de referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no referência/contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

14.9. Também ficam sujeitas às penalidades previstas no RILC-CEASA, as empresas ou profissionais que:

14.9.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RILC-CEASA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

14.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

14.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

14.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação de dados firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados, caso hajam, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Estatal nas hipóteses previstas na LGPD.

15.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da lei aplicável em vigor.

16.2. A Contratada assume que é expressamente contrária à prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, assim entendidos todos aqueles atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

16.3. Para fins de cumprimento do disposto na presente cláusula, a CONTRATADA declara que:

- 16.3.1. Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato;
- 16.3.2. Não foi condenada pelas práticas previstas na Lei Federal n.º 12.846/2013;
- 16.3.3. Seus sócios, diretores, administradores, empregados, assessores, prepostos e colaboradores não cometerão qualquer ato ilícito nem auxiliarão, incitarão ou instigarão terceiros a cometerem atos ilícitos, que incluem oferecer, conceder, requerer ou aceitar pagamentos, doações, compensação, benefícios ou quaisquer outras vantagens indevidas e/ou ilegais para si ou para terceiros, bem como o desvio de finalidade do presente contrato, ou atos lesivos expressamente previstos na Lei Federal nº 12.846/13, que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato;
- 16.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato;
- 16.5. Caso a Contratada viole essas regras, poderá a CEASA/RN rescindir motivadamente o contrato.
- 16.6. A Contratada se obriga a arcar com todos os prejuízos gerados à CEASA/RN relativos a todo e qualquer passivo, demandas, perdas e/ou danos, penalidades decorrentes de responsabilização administrativa e civil, na forma da Lei Federal nº 12.846/13, custas judiciais, honorários advocatícios e eventuais outras despesas que porventura venha ter, decorrentes da violação dessas regras, desde que fique absolutamente comprovada sua culpa e o nexo de causalidade entre o ato realizado e o dano causado à CEASA/RN.
- 17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À BOAS PRÁTICAS**
- 17.1. Atender às exigências do Código de Ética e Conduta da CEASA/RN, além de promover treinamentos anuais com os empregados.
- 17.2. Atender às exigências de integridade da CEASA/RN, nos termos previstos nas normas internadas da entidade.
- 17.3. A CONTRATADA concorda em cumprir e fazer cumprir, conforme o caso, e declarar-se ciente e disposto a seguir:
- 17.3.1. Respeitar o direito de livre associação e negociação coletiva de seus empregados;
- 17.3.2. Respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
- 17.3.3. Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho;
- 17.3.4. Adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.
- 18. DOS CASOS OMISSOS**
- 18.1. Os casos omissos serão dirimidos pela CONTRATANTE com observância dos Regimentos da CEASA/RN, e da legislação vigente, em especial, a Lei 13.303/2016.
- 19. DA PUBLICAÇÃO**
- 19.1. A publicação resumida deste instrumento contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente de sua assinatura.
- 20. DO FORO**
- 20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente edital e seus anexos, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

Natal, data da assinatura eletrônica.

Pela Contratante:

MATHEUS SILVA DE FREITAS GALVÃO
DIRETOR PRESIDENTE DA CEASA/RN

JOSÉ ROBERTO MONTEIRO SOUSA
DIRETOR FINANCEIRO DA CEASA/RN

Pela Contratada:

JOAQUIM FERNANDES NETO
COMERCIAL J. A. LTDA - EPP



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM FERNANDES NETO**, **Usuário Externo**, em 24/07/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS SILVA DE FREITAS GALVÃO** registrado(a) civilmente como **MATHEUS SILVA DE FREITAS GALVÃO - Matr. 248666-0, Diretor Presidente**, em 27/07/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ROBERTO MONTEIRO SOUSA**, **Diretor Financeiro**, em 27/07/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42968926** e o código CRC **B900BFD8**.